

Número de mortos durante intervenção policial cresce 142% no ABC em três anos

George Garcia

Desde 2013, 714 pessoas morreram durante confrontos com policiais no ABC. O número tem aumentado, sobretudo nos últimos três anos. Os números oficiais da Secretaria de Segurança Pública apontam que entre 2024 e 2025 (considerando o comparativo de janeiro a setembro de cada ano) as mortes cresceram 77%, passaram de 26 para 46 casos. Se comparada com 2019, quando foram registrados 19 casos na região, a alta chega a 142%.

Dos casos registrados este ano 32 ocorreram quando os policiais estavam em serviço e 14 ocorreram com policiais em horário de folga. Há apenas uma mulher dentre as vítimas deste ano e 30 dos mortos eram pardos, pretos ou com cor de pele “ignorada”, segundo os registros. Quarenta e um destes casos ocorreram em via pública, três no interior de residências, um em favela e outro em repartição pública.

Mas por que a letalidade policial aumentou? Não é apenas o aumento dos confrontos armados que explica essa situação, para o professor da USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul) e coordenador do Observatório de Segurança Pública, David Pimentel Barbosa de Siena, fatores institucionais também podem influenciar.

“Os dados sobre aumento da letalidade policial exigem cautela interpretativa, pois a literatura demonstra que esse fenômeno é resultado de múltiplos fatores institucionais, operacionais e contextuais e não pode ser explicado pela simples oposição entre ‘polícia mais violenta’ ou ‘criminosos mais dispostos ao confronto’. A revisão sistemática que realizei mostra que a letalidade varia de acordo com padrões de supervisão, rotinas operacionais, protocolos de uso da força, disponibilidade de tecnologias de registro e até mesmo pela maneira como as instituições se organizam para controlar e revisar a atuação policial”, diz o especialista autor de artigo sobre o tema.

Vários fatores

Siena aponta estudos internacionais os quais revelam que departamentos distintos, com características semelhantes, podem apresentar resultados muito diferentes simplesmente em função de políticas internas, governança e grau de accountability (responsabilidade). “Portanto, em vez de buscar um agente isolado de causalidade, a pergunta deve ser deslocada para a compreensão de quais arranjos institucionais e de quais condições estruturais criam contextos favorecedores de confrontos mais letais”, explica Siena.

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem reforçado essa atuação mais dura contra a criminalidade. A literatura internacional analisada indica que discursos políticos e clima institucional exercem influência sobre culturas organizacionais policiais, sobretudo quando reforçam retóricas de enfrentamento ou guerra ao crime.

Esse tipo de comunicação pública pode induzir estilos de policiamento mais reativos, com maior tolerância interna a procedimentos arriscados. “No entanto, os estudos também mostram que a relação entre discurso político e letalidade não é mecânica, mas mediada por políticas de supervisão, procedimentos de controle, desenho operacional e mecanismos de responsabilização (WHITE, 2014; ARIEL et al., 2016; SIENA, 2023). Quando estruturas de governança são robustas, o impacto do discurso tende a ser mitigado; quando são frágeis, esse impacto pode se tornar mais evidente. Assim, embora a retórica governamental possa influenciar o contexto institucional, os resultados concretos dependem da existência ou não de contrapesos organizacionais estruturados”, afirma.

Armas não letais e uso de câmeras corporais pelos policiais são apenas alguns dos aparelhamentos que, usados dentro de um sistema de controle e regras bem definidos podem ajudar a reduzir a letalidade policial sem, contudo, reduzir a eficiência da polícia, sustenta. As pesquisas mostram que é plenamente possível manter a intensidade operacional das ações policiais ao mesmo tempo em que se reduz a letalidade.

Orientar, revisar e controlar o uso da força

“A evidência revisada sugere que a chave para isso não está em armamentos específicos, mas em um conjunto de medidas que envolvem governança, protocolos claros, treinamento baseado em cenários realísticos, supervisão efetiva e uso de tecnologias de documentação confiáveis (LUM et al., 2019; SIENA, 2023).

Armas não letais podem ampliar o repertório de alternativas dos agentes, mas, isoladamente, não resolvem o problema e não substituem a necessidade de protocolos rigorosos de uso da força. Em suma, a redução da letalidade depende menos de equipamentos e mais de instituições capazes de orientar, revisar e controlar o uso da força de maneira estruturada e previsível”, analisa o professor da USCS.

Não só as câmeras corporais, mas outras ferramentas tecnológicas de planejamento podem produzir resultado de maior eficiência e diminuir os confrontos com mortes. “Experiências internacionais mostram que departamentos que investem em planejamento operacional, governança e revisão sistemática de incidentes críticos conseguem reduzir simultaneamente letalidade policial, vitimização de agentes e indicadores de violência. Em síntese, câmeras corporais são apenas parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas necessárias para produzir policiamento de alta qualidade com menor risco letal”, completa David Pimentel Barbosa de Siena.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3739176/numero-de-mortos-durante-intervencao-policial-cresce-142-no-abc-em-tres-anos/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: São Caetano